



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

II SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM FOZ DO IGUAÇU

NOME: _____

TELEFONE: _____

ORIENTAÇÕES:

1. Responda às questões objetivas, marcando apenas 1 (uma) resposta certa para cada questão. Qualquer rasura importará na anulação da questão.
2. Responda às questões discursivas, não ultrapassando o limite delimitado.
3. A duração dessa prova é de 04 (quatro horas).
4. Os candidatos aprovados serão chamados para a próxima etapa, de entrevista, em horário, data e local a ser oportunamente informados.

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1 – Qual dessas circunstâncias é considerada uma causa de aumento na dosimetria da pena?

- a) a reincidência em qualquer caso;
- b) o homicídio cometido com emprego de arma de fogo;
- c) o comportamento da vítima, na forma do artigo 59 do Código Penal;
- d) o roubo em que a ameaça é exercida com o emprego de arma de fogo.

2 – Fulano entrou em um grande supermercado da cidade e colocou dentro do casaco uma peça de picanha. Quando passava pela saída do supermercado a segurança avistou a referida peça. Percebendo isso Fulano imediatamente empreendeu fuga vindo a segurança em seu encalço. Quando percebeu que Fulano conseguiria fugir, a segurança sacou a arma e advertiu Fulano a parar, se não iria atirar. Fulano não acatou a ordem e, então, a segurança efetuou o disparo vindo a acertar Fulano nas costas, deixando-o paraplégico. Todos esses fatos restaram devidamente provados durante a instrução criminal. Em alegações finais a Defensoria Pública pleiteou a absolvição de Fulano alegando que o resultado advindo da conduta (paraplegia) já seria demasiadamente gravoso e a sanção penal não teria mais necessidade de ser aplicada, uma vez que os fins almejados pela reprimenda penal já teriam sido mais que alcançados. Essa alegação de defesa corresponde a que teoria do direito penal?

- a) co-culpabilidade;
- b) causa excludente da ilicitude;
- c) bagatela imprópria;
- d) imputação objetiva.

3 – João decide matar Pedro. Para tanto, apodera-se da arma que seu pai tem guardada e vai ao encontro de Pedro. Ao ver Pedro, João aperta o gatilho da arma, que não vem a disparar. Pedro, assustado, corre e um policial que ali passava prende João em flagrante. Durante a instrução criminal, João confessa os fatos e Pedro alega que João possuía umas desavenças com o mesmo. O laudo de arma de fogo aponta que a arma possuía elevado grau de ferrugem, sendo ineficaz para efetuar disparos e por isso falhou no momento que o gatilho fora apertado. Como Defensor Público, o que você poderia alegar em defesa de João?

- a) meramente tentativa, com aplicação da causa de diminuição;

b) a absolvição, por se tratar de crime impossível;

- c) a absolvição pelo perdão judicial;
- d) a condenação por homicídio consumado.

4 – João, Pedro e Alberto se encontraram na casa de João para combinar um assalto ao banco X. Pedro apresentou a planta do banco e Alberto o horário de troca dos guardas. Ao João coube elaborar efetivamente o plano e repassou aos colegas desenhando na planta tudo que seria feito pelos três. Após duas horas de reunião a Polícia invade a casa e, de posse do mapa com o detalhamento do plano, prende os três em flagrante. Pode-se dizer que:

- a) os três responderão por roubo na forma tentada e associação criminosa;
- b) os três responderão apenas por roubo tentado;
- c) os três responderão apenas por associação criminosa;
- d) ninguém responderá por nenhum crime, uma vez que não se pune os atos meramente preparatórios.

5 – Fulano foi condenado a uma pena de seis meses, e o juiz substituiu a pena privativa de liberdade por uma pena de multa. Ocorre que João não pagou a pena de multa aplicada. Poderá o juiz criminal:

- a) converter a pena de multa em privativa de liberdade e expedir o mandado de prisão;
- b) converter a pena de multa em restritiva de direito e intimar Fulano para audiência admonitória;
- c) intimar Fulano a pagar a multa sob pena de prisão;
- d) nenhuma das anteriores, uma vez que a multa só pode ser executada na forma fiscal.

6 – São penas restritivas de direito, exceto:

- a) prisão domiciliar;
- b) prestação de serviços a comunidade;
- c) limitação de final de semana;
- d) interdição temporária de direitos;

7 – Considerando o artigo 109 do Código Penal que possui a seguinte redação:

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito

anos e não excede a doze;

III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano

João, de 20 anos de idade, praticou, no dia 01/01/2000 um furto simples, cuja pena é de 01 (um) a 04 (quatro) anos de reclusão. No dia 01/06/2001 o Ministério Público do Estado do Paraná denunciou João. O processo seguiu seu curso normal e no dia 01/01/2004 foi proferida sentença condenatória de João a uma pena de 02 (dois) anos, convertida em duas penas restritivas de direito. Somente a defesa interpôs apelação, a qual foi julgada em 01/06/2006 conhecendo o recurso, porém, no mérito, negando provimento. Pode-se dizer que:

- a) ocorreu no caso a chamada prescrição intercorrente;
- b) ocorreu no caso a chamada prescrição da pretensão executória;
- c) ocorreu no caso a chamada prescrição retroativa;
- d) não houve prescrição no caso.

8 – São considerados penalmente inimputáveis, exceto:

- a) o ébrio habitual.
- b) o agente que por doença mental era, ao tempo do fato, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- c) o agente que por desenvolvimento mental incompleto era, ao tempo do fato, inteiramente incapaz de se determinar de acordo com o entendimento acerca da ilicitude do fato;
- d) o menor de 18 anos.

9 – Um Guarda Municipal aborda João na rua alegando “atitude suspeita” do mesmo. Durante procedimento de revista só é encontrado com João um cachimbo, um isqueiro e seu celular. O Guarda, então, resolve olhar as mensagens enviadas por João e descobre uma conversa do mesmo com Pedro, sobre um carregamento que estava chagando. Diante dessas informações o Guarda vai até a casa de João e entra na residência e lá encontra uma tonelada de maconha, se transformando na maior apreensão já realizada na cidade. É correto afirmar que:

- a) João e Pedro deverão ser denunciados pelo artigo 33 da lei 11.343, na modalidade “ter em depósito”;
- b) João deverá ser denunciado pelo artigo 33 da lei 11.343, na modalidade “ter em depósito”, e pelo artigo 28 da mesma lei, já que o cachimbo e isqueiro dão indícios de ser ele também usuário, enquanto Pedro deverá ser denunciado só pelo artigo 33 da lei 11.343 na modalidade “transportar”.
- c) João e Pedro não poderão ser denunciados já que a droga apreendida é considerada prova ilícita por derivação;
- d) Somente João deverá ser denunciado pelo artigo 33 da lei 11.343, na modalidade “ter em depósito”.

10 – A prisão preventiva poderá ser decretada quando:

- a) réu primário acusado de roubo e houver conveniência da instrução criminal quando esse réu tenha tentado fugir do país anteriormente;
- b) réu reincidente acusado de roubo e houver necessidade de garantir a ordem pública em razão da reincidência desse réu;
- c) réu reincidente acusado de furto e houver necessidade de garantir a ordem pública pelo abalo causado com a conduta do réu na comunidade local;
- d) réu primário acusado por furto e houver necessidade de garantir a ordem econômica em razão de a vítima ser um comerciante.

11 – Realizada a prisão em flagrante de Fulano pelo crime de latrocínio, em um sábado, o delegado comunicou, na segunda-feira, o fato a autoridade judicial. O Juiz homologou o flagrante e decretou a prisão preventiva nos seguintes termos: “homologo o flagrante realizado por ser legal. Converto a prisão em flagrante em prisão preventiva pela necessidade de garantir a ordem pública. Expeça-se mandado de prisão”. Pode-se dizer que essa prisão é ilegal pelos seguintes motivos, EXCETO:

- a) não houve a comunicação do flagrante no tempo correto;
- b) o juiz não se manifestou, primeiramente, pela possibilidade de aplicação de medidas alternativas a prisão;
- c) o juiz não arbitrou fiança;
- d) não houve fundamentação adequada.

12 – São medidas cautelares diversas da prisão, exceto:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- b) obrigação de residir em cidade diversa da vítima, quando tal fato não impedir o investigado ou acusado de exercer seu trabalho;
- c) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;
- d) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.

13 – Ao receber o flagrante, o Juiz concede liberdade provisória com fiança, sob a alegação de que não se mostra necessária a prisão preventiva do acusado. Intimado a recolher a fiança o acusado manifesta-se dizendo que precisará sacar o valor guardado para a cirurgia de sua filha e que precisará do prazo de dez dias e, ainda, que não possui aqueles recursos no momento. O juiz deve:

- a) expedir imediatamente o alvará de soltura e aguardar o prazo de dez dias, sob pena de prisão no caso de não recolhimento da fiança nesse prazo;
- b) expedir imediatamente o alvará de soltura e isentar o acusado do pagamento da fiança;
- c) manter o acusado preso até o recolhimento integral da fiança;
- d) reduzir o valor da fiança e aguardar o prazo de dez dias.

14 – Sobre as nulidades é incorreto afirmar que:

- a) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- b) não poderá arguir a nulidade a parte a que lhe deu causa.
- c) reconhecida a nulidade absoluta do ato, aproveitam-se os atos anteriores, mas necessitam ser refeitos os atos posteriores, mesmo que corretos.
- d) a nulidade arguida pela defesa não será acatada caso o ato, mesmo que formalmente nulo, tenha sido fundamental para a busca da verdade real com a formação do juízo de culpa de forma totalmente segura.

15 – João foi condenado a uma pena de 05 (cinco) anos. A Defensoria Pública recorreu requerendo a absolvição e o Ministério Público não recorreu. O Tribunal de Justiça julgou a apelação reconhecendo omissão do juízo a quo na aplicação de uma circunstância agravante e corrigiu o erro aumentando a pena para 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses. Qual princípio foi violado com essa decisão?

- a) vedação ao *bis in idem*;
- b) princípio da plenitude de defesa;
- c) vedação a *reformatio in pejus*;
- d) princípio da *mutatio libelli*

DIREITO CONSTITUCIONAL

16 – De acordo com a Constituição da República constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) construir uma sociedade livre, injusta e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento internacional.
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

17 – Não são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil:

- a) a soberania e cidadania.
- b) prevalência dos direitos humanos e concessão de asilo político.
- c) a dignidade da pessoa humana e pluralismo político.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

18 – Acerca dos direitos e garantias individuais disciplinados no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, por determinação judicial, mesmo durante a noite.
- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

19 – Nos termos do artigo 134 da Constituição da República é correto afirmar:

- a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.
- b) A Defensoria Pública é instituição permanente, não essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.
- c) A Defensoria Pública é órgão do Poder Executivo, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta

Constituição Federal.

d) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação judicial, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

20 – No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- a) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) O habeas data pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.
- c) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa para a proteção do patrimônio público estatal, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.
- d) A ação civil pública somente pode ser ajuizada pelo MP, segundo determina a Constituição da República.

21 – Assinale alternativa correta:

- a) Os tratados e convenções internacionais aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

22 – Segundo a Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso XI, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo:

- a) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) em caso de delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- d) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia sem ordem judicial.

23 – Nos termos da Constituição da República, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurado:

- a) a plenitude de defesa.
- b) votação aberta.
- c) revisão criminal ao sentenciado.
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos.

24 – O que assegura aos cidadãos o exercício dos seus direitos, a divisão dos poderes e, segundo um dos seus grandes teóricos, a limitação do governo pelo direito é:

- a) o princípio da legalidade.

b) a separação de poderes.

c) o constitucionalismo.

d) o Estado Democrático de Direito.

25 – O reconhecimento de iguais direitos aos homossexuais e a igual valoração jurídica das relações afetivas e eróticas entre pessoas do mesmo sexo:

a) Necessitam de legislação infraconstitucional para efetivação, pois as normas constitucionais incidentes são de eficácia limitada.

b) Decorrem do sistema constitucional de direitos e garantias fundamentais, que proíbe quaisquer formas de discriminação e garante a dignidade da pessoa humana.

c) Estão sujeitos a evolução social e cultural da sociedade em que vivemos, uma vez que para o “homem comum” as práticas homossexuais são antinaturais e contrariam as convicções religiosas compartilhadas.

d) Nenhuma das alternativas está correta.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

26 - (DPE-GO- adaptada) A respeito do casamento e da união estável e de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e a recente jurisprudência dos tribunais superiores pátrios,

a) o Código Civil de 2002 veda expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, permitindo, entretanto, e de acordo com a letra da lei, a união estável homoafetiva

b) o Conselho Nacional de Justiça, por meio de resolução, veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, de celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

c) o casamento é civil e gratuita sua celebração, sendo isento de selos emolumentos e custas de habilitação, o registro e a primeira certidão às pessoas pobres, independentemente de declaração.

d) o casamento celebrado no Brasil prova-se exclusivamente pela certidão do registro civil de pessoas naturais.

27 - (MPE-PR- adaptada) Acerca da adoção, é INCORRETO afirmar:

a) Se um dos cônjuges adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes;

b) A idade mínima para adotar é 18 anos;

c) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando;

d) Caso o adotante venha a falecer no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada sentença, o procedimento será imediatamente extinto

28 - (DPE-DF- Analista- adaptada) Fernanda e Ricardo mantêm uma relação de namoro. Ricardo reside com seus pais e Fernanda mora com sua avó. Acontece que após seis anos de relacionamento, Fernanda engravidou, sem intenção, ficando confirmada a paternidade de Ricardo, mas os dois continuaram com suas residências originais, mantendo o relacionamento nos moldes anteriores à gravidez. É correto afirmar que:

a) em momento algum se configurou uma união estável.

b) havia uma união estável desde o início do relacionamento, independentemente do tempo em que o casal esteve junto.

c) a união estável se configurou a partir do nascimento da criança.

d) a união estável se configurou a partir do momento em que Fernanda ficou grávida

29 - (TJSP- adaptada) Acerca de alimentos, assinale a alternativa CORRETA.

a) A lei permite que a mulher grávida postule alimentos, que compreendem os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto.

b) O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde definitivamente o direito de pleitear alimentos do outro cônjuge, ainda que não lhe reste qualquer outro meio de subsistência.

c) Não é possível postular alimentos liminarmente, pois estes só são fixados mediante cognição exauriente.

d) A obrigação de prestar alimentos é personalíssima, não se transmitindo aos herdeiros do devedor.

30 - (AGU- Agente administrativo- adaptada) O Código Civil pátrio estabelece regras sobre a personalidade das pessoas naturais, bem como regras inerentes à capacidade para a prática de atos da vida civil, pessoalmente, ou, até mesmo, com a necessidade de assistência ou representação, conforme o caso. Sobre os institutos da personalidade e capacidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Os maiores de 16 e menores de 18 anos são relativamente incapazes.

B) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade, são relativamente incapazes

c) A personalidade civil começa com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

d) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são relativamente incapazes

31 - (SEAP- DF- adaptada) No que se refere ao direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.

a) A solidariedade se presume.

b) A obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e ser condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

c) Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda

d) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste a solidariedade.

32 - (Emgeprom- advogado- adaptada) Apolinario é credor de Tartufo, mediante contrato onde a dívida monta a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O prazo para quitação da dívida é de trinta e seis meses. No décimo mês Tartufo verifica que não terá numerário para quitar a dívida no prazo avençado e negocia com Inalda a sucessão como devedora. Apolinario concorda com o evento e Tartufo retira-se do negócio com quitação plena, passando, a partir daí a ser devedora Inalda. Nos termos do Código Civil, está-se diante do instituto da:

a) compensação

b) consignação

c) remição

d) novação

33 - MPPR (adaptada) Quanto à petição inicial, é INCORRETO dizer:

a) É inepta a petição inicial que traz pedidos incompatíveis entre si;

b) Indeferida a petição inicial, a decisão somente poderá ser reformada, em recurso de apelação, pelo Tribunal competente;

c) Os pedidos devem ser interpretados restritivamente, mas no

pedido do principal compreendem-se os juros
d) Antes da citação o autor pode aditar o pedido.

34 - TRF 4ª Região- analista (adaptada) Em uma ação cível, proferida a sentença, a parte vencida interpôs recurso de apelação. O juiz, no entanto, não admitiu o recurso, por estar a sentença em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Dessa decisão:

- a) não cabe apelação, nem agravo em qualquer de suas espécies.
- b) cabe nova apelação.
- c) cabe agravo retido.
- d) cabe agravo de instrumento.

35 - (TRT- 18ª Região – adaptada) Os embargos de declaração:

- a) serão julgados pelo Juiz em 10 dias e, no tribunal, em 15 dias, no máximo, salvo alegação de justa causa ou impedimento.
- b) serão opostos em cinco dias e não estão sujeitos a preparo.
- c) jamais poderão ter caráter infringente, limitando-se sempre a esclarecimentos quanto a pontos omissos, obscuros ou contraditórios do julgado.
- d) não suspendem nem interrompem o prazo para oposição de recurso especial ou extraordinário, somente interrompendo o prazo para a parte apelar.

36 - (DPE-RJ- Técnico- adaptada) Em determinada ação judicial, o Defensor Público, reputando essencial a produção de prova pericial, requer ao Juiz a produção desse meio de prova, sobrevindo decisão de indeferimento “por ausência de previsão legal”, designando-se, desde logo, audiência de instrução e julgamento para colheita de prova testemunhal. Inconformado com referida decisão, o Defensor Público pode valer-se :

- a) do recurso de agravo retido ou de instrumento, de acordo com critério de oportunidade ou conveniência
- b) de mandado de segurança, na medida em que se trata de decisão irrecorrível, mas que causa gravame à parte.
- c) de embargos de declaração, a fim de que o juiz supra a omissão
- d) de reclamação constitucional, por se tratar de indevida inversão procedimental que impede a continuidade dos atos processuais.

37 - (TJRJ - adaptada) Em matéria de defesa, entende-se por princípio da eventualidade

- a) a faculdade de o réu de apresentar reconvenção em substituição à contestação.
- b) a prerrogativa de o réu de não ser compelido a produzir prova contra si.
- c) o dever de o réu de alegar, na contestação, toda a matéria que lhe aproveita, sob pena de preclusão.
- d) a garantia do exercício do contraditório, caso o autor apresente novos documentos, na fase de instrução processual.

38 - (TRT- 15ª Região- adaptada) Considerando as medidas inerentes ao direito de defesa, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) o conhecimento das matérias de ordem pública interessa não apenas ao réu, mas também ao funcionamento do Poder Judiciário e por isso as matérias em questão não são atingidas pela preclusão, mesmo se o réu não as alegar na primeira oportunidade;
- b) o réu poderá apresentar ação declaratória incidental quando pretender obter pronunciamento judicial sobre questão prejudicial controvertida;
- c) segundo o princípio da eventualidade, cabe ao réu, em contestação, apresentar todas as razões que permitam o não

acolhimento do pedido, ainda que pareçam contraditórias entre si;

d) a incompetência relativa será arguida por meio de exceção e a absoluta deverá ser sustentada em preliminar de contestação, podendo ambas ser conhecidas de ofício;

39 - (TJMS- adaptada) Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver:

- a) a mesma natureza.
- b) o mesmo pedido e as mesmas partes.
- c) o mesmo pedido, as mesmas partes e mesma causa de pedir.
- d) o mesmo pedido e mesma causa de pedir.

40 - (TRT- 24ª região- adaptada) Marque a alternativa INCORRETA:

O valor da causa constará sempre da petição inicial e será:

- a) Havendo cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles.
- b) Sendo alternativos os pedidos, o de menor valor.
- c) Se houver também pedido subsidiário, o valor do pedido principal.
- d) Na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

41 - De acordo com o ECA, são garantias de prioridade às crianças e aos adolescentes, EXCETO:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, exceto a educação infantil que deverá ser efetivada progressivamente;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

42 - São direitos das crianças e dos adolescentes assegurados pelo ECA, EXCETO:

- a) brincar, praticar esportes e divertir-se;
- b) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- c) viajar de ônibus, independentemente da autorização dos pais, desde que não saia do território nacional;
- d) participar da vida política, na forma da lei;

43 - Maria é mãe de quatro crianças. Há três meses, José, seu esposo, veio a falecer. Deste evento em diante, Maria não está mais conseguindo garantir a subsistência digna dos seus filhos exclusivamente em razão da sua hipossuficiência financeira. Certo dia Joaquina, vizinha de Maria, ao retornar para casa depois de um dia de trabalho se deparou com os filhos de Maria chorando e gritando que não comiam há dois dias. Inconformada com a situação, Joaquina acionou o Conselho Tutelar. Diante destas informações, deverá o Conselho Tutelar:

- a) acolher institucionalmente as crianças até que a situação de Maria se resolva;
- b) acolher institucionalmente as crianças e remeter relatório ao Ministério Público para apuração de crime de abandono material;
- c) incluir a família em programas oficiais de auxílio e acionar a rede de proteção do Município para acompanhamento da família;
- d) entregar as crianças à vizinha Joaquina mediante termo de responsabilidade.

44 - A medida de internação não poderá ser aplicada quando:

- a) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- b) por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- c) se tratar de ato infracional equiparado a tráfico de drogas e o adolescente não possuir outros antecedentes infracionais;
- d) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

45 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A internação provisória equipara-se à prisão preventiva e durará até que os motivos que ensejaram a sua aplicação permaneçam ou até eventual trânsito em julgado do processo de apuração do ato infracional;
- b) A decisão quanto a internação provisória deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
- c) A internação definitiva estabelecida em sentença não possui prazo máximo.
- d) Concedida remissão ao adolescente, restará reconhecida a responsabilidade pela prática do ato infracional.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

46 - Acerca do acesso à justiça e a Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Visando erradicar a pobreza, um dos objetivos da República Federativa do Brasil, deverá o Estado proporcionar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem suficiência de recursos;
- b) O acesso à justiça previsto na Constituição Federal alcança apenas a gratuidade das custas e despesas processuais;
- c) É possível extrair da Constituição Federal que a prestação do serviço público da assistência jurídica integral e gratuita compete à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) A Defensoria Pública, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, tem por objetivo, dentre outros, a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

47 - Nos termos da Lei Complementar Federal nº 80 de 12 de janeiro de 1994, são funções institucionais da Defensoria Pública, EXCETO:

- a) Prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- b) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos

direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

c) Patrocinar ação penal privada e pública, independentemente da atuação do Ministério Público;

d) Convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais;

48 - Assinale a alternativa ERRADA a respeito dos direitos das pessoas que procuram atendimento na Defensoria Pública:

- a) É direito do usuário da Defensoria Pública acompanhar a fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, da atividade funcional e da conduta pública dos membros e servidores;
- b) É direito da pessoa que procura a Defensoria Pública receber um atendimento de qualidade;
- c) As pessoas que procuram o atendimento da Defensoria Pública, embora possam participar da definição das diretrizes institucionais, ainda não podem participar de suas Conferências Estaduais;
- d) É direito do usuário dos serviços prestados pela Defensoria Pública ser recebido em local com instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço ou atendimento;

49 - São prerrogativas dos Defensores Públicos, EXCETO:

- a) Intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição e contagem de todos os prazos em dobro;
- b) Receber o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;
- c) Examinar, em qualquer órgão da administração pública estadual, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo, ainda, tomar apontamentos;
- d) Inamovibilidade e vitaliciedade;

50 - Constitui atribuição institucional da Defensoria Pública do Estado:

- a. Representar em juízo os necessitados, na tutela de seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito civil ou criminal, perante os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas as instâncias, salvo perante os Tribunais Superiores.
- b. Prestar atendimento interdisciplinar;
- c. A tutela dos direitos humanos em qualquer grau de jurisdição, exceto perante os sistemas global e regional de proteção dos Direitos Humanos.
- d. Promover ação civil pública para tutela de interesse difuso e coletivo, não sendo possível a propositura em se tratando de direito individual homogêneo.